FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Internacional e Europeu do Ambiente

Tema: **O direito internacional do ambiente no contexto de alterações climáticas**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Heloísa Duarte de Oliveira (2 horas/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O direito internacional dedicado à proteção ambiental, surgido na década de 1970, sofreu significativa evolução durante os últimos 50 anos, não só em resultado da sua expansão material, mas sobretudo por força das suas especificidade dogmática e dinâmica própria. O atual contexto de alterações climáticas representa o mais recente motivo para o aprofundamento da sua singularidade. Assim sendo, pretende-se, além de proporcionar uma visão panorâmica do direito internacional do ambiente e da sua evolução, desenvolver em detalhe o direito internacional das alterações climáticas, com ênfase nos princípios de direito internacional do ambiente e em direitos humanos.

Os princípios de direito do ambiente têm tido um papel essencial no desenvolvimento do direito do ambiente. Estes princípios, por força da sua genericidade, têm assumido funções de sistematização numa área marcada pela fragmentação e constante evolução, permitindo dar resposta a problemas complexos novos e identificar incoerências estruturais. A temática das alterações climáticas é particularmente útil no estudo desta matéria, atendendo à sua natureza disruptiva e à sua transversalidade no direito internacional, perpassando atualmente áreas jurídicas tão diversas como o comércio, direitos humanos e fiscalidade internacional.

Também a discussão relativa ao reconhecimento de um direito humano ao ambiente e aos deveres ambientais do Estado para proteção de vários direitos humanos tem tido significativo e recentíssimo desenvolvimento no direito internacional por força dos deveres de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. Conforme demonstram várias decisões jurisprudenciais na matéria, o cumprimento dos deveres dos Estados em termos de mitigação e adaptação às alterações climáticas é escrutinado com base, entre outros, nos princípios de direito do ambiente e nos deveres de proteção de direitos humanos. A análise desta jurisprudência permite também compreender que os tribunais nacionais são órgãos jurisdicionais de garantia do cumprimento do direito internacional, num contexto de acesso restrito aos tribunais internacionais.

Pretende-se com esta disciplina que os alunos fiquem aptos à identificação dos princípios jurídicos relevantes que servem de parâmetro de controlo da conformidade com o direito internacional do ambiente e dos direitos humanos no atual contexto de alterações climáticas. Pretende-se também que os alunos compreendam as questões de direito discutidas nas decisões jurisprudenciais de tribunais superiores relativas a litigância climática em aplicação de direito internacional.

Através dos métodos a implementar, os alunos deverão desenvolver também competências ao nível da pesquisa de fontes de informação jurídica, métodos de investigação em ciência jurídica, trabalho colaborativo, compreensão crítica e procura de soluções jurídicas no direito vigente para resolução de problemas, assim como de competências lógico-

argumentativas na expressão crítica e oral.

Conteúdos programáticos

1. **Direito internacional do ambiente: origens e evolução**
2. **A estrutura e a transversalidade do direito internacional do ambiente**
3. **Sujeitos e atores do direito internacional e proteção ambiental**
   - 3.1. O papel dos Estados, das organizações internacionais e do indivíduo
   - 3.2. As organizações não-governamentais
   - 3.3. As empresas multinacionais
   - 3.4. As comunidades epistémicas
4. **Fontes do direito internacional e proteção ambiental**
   - 4.1. Convenções-quadro e protocolos
   - 4.2. Decisões de órgãos internacionais
   - 4.3. A relevância da soft law
   - 4.4. A relevância dos standards privados
5. **Os princípios internacionais de direito do ambiente em contexto de alterações climáticas**
   - 5.1. Princípio do desenvolvimento sustentável
   - 5.2. Princípio da solidariedade intergeracional
   - 5.3. Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada
   - 5.4. Princípio da cooperação
   - 5.5. Princípios do *no harm*, da prevenção e da precaução
   - 5.6. Princípio do poluidor-pagador
   - 5.7. Princípio da participação
6. **O direito internacional das alterações climáticas**
   - 2.1. O dever de mitigação das alterações climáticas
   - 2.3. O dever de adaptação às alterações climáticas
   - 2.4. Responsabilidade internacional por alterações climáticas e instrumentos compensatórios
7. **Alterações climáticas e direitos humanos: sistemas universal e regionais**
   - 7.1. O direito humano ao ambiente
   - 7.2. Direitos humanos e deveres de proteção ambiental
8. **Litigância climática: uma amostragem**

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam o tema do direito internacional alterações climáticas nas suas dimensões teóricas e práticas, incluindo uma análise conceptual preliminar, o estudo das teorias das fontes e dos sujeitos, dos princípios de direito do ambiente e do enquadramento jurídico das alterações climáticas, utilizando como casos de estudo acórdãos relevantes de tribunais superiores sobre o este tema.

A perspetiva adotada permite compreender em profundidade a interseção entre os diferentes temas tratados, permitindo obter um conhecimento compreensivo do ordenamento jurídico nesta matéria e a problematização de áreas de incerteza. Em articulação com os métodos de ensino utilizados, o trabalho colaborativo e a discussão em formato de seminário, com a apresentação oral e escrita de um projeto de investigação e do resultado dessa investigação, permitirão desenvolver competências de investigação e competências lógico-argumentativas na expressão escrita e oral.

Métodos de ensino (avaliação incluída)

As aulas assentarão num modelo de aulas invertidas: serão indicadas as leituras a efetuar antes de cada aula, desenvolvendo-se o trabalho de análise crítica das questões em conjunto na aula, entre alunos e com mediação pelo professor, através do recurso a métodos de resolução de problemas e estudo de caso para as matérias relativas ao direito vigente, e discussão conceptual e argumentativa para as matérias teóricas.

Cada aluno aprofundará um tema à sua escolha para efeitos de elaboração de um trabalho de investigação, que deverá ser desenvolvido ao longo do semestre, com acompanhamento pelo docente. No prmeiro semestre deve ser apresentado, por escrito para discussão, um projeto de investigação; e no segundo semestre deverá ser apresentado, oralmente e por escrito, o trabalho de investigação realizado.

A avaliação assenta na participação nas aulas e no trabalho de investigação sobre tema do programa.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado no desenvolvimento ativo das competências de investigação do aluno, no trabalho conjunto na aula com colegas e o professor, com trabalho prévio individual de investigação. O método permite a individualização na relação entre professor e aluno e o acompanhamento constante da evolução, bem como a flexibilização em torno das temáticas preferenciais (sendo livre, ainda que sob orientação, a escolha do tema do trabalho). O trabalho colaborativo que se propõe é, comprovadamente, o mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

A apresentação prévia do projeto permitirá seguir o desenvolvimento de competências de investigação, dando o *feedback* necessário a uma aprendizagem progressiva e acompanhada em direção a uma progressiva autonomização.

Bibliografia inicial

- AMADO GOMES, C., *Direito Internacional do Ambiente. Uma abordagem temática*, Lisboa: AAFDL, 2018
- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H./ROCHA, A./FERMEGLIA, M. (Eds.), *Climate Change before International Courts A Comparative Study*, Routledge, 2025.
- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. I – *Parte geral,* Lisboa: Lisbon Public Law Editions, 2024, 3.ª edição.

- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. II – *Parte especial,* Lisboa: Lisbon Public Law Editions, 2024, 2.ª edição.
- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H./ PERESTRELO DE OLIVEIRA, M. (Eds.), *A Treatise on Environmental Law*, vol. III – *Environmental Law and other legal fields,* Lisboa: Lisbon Public Law Editions, 2026, 2.ª edição.
- DE SADELEER, N., *Environmental principles: from political slogans to legal rules*, Oxford University Press, 2002.
- FERMEGLIA, M. / OLIVEIRA, H., "EU Law and the Energy Transition: Leaving Soils Behind?", in GINZKY, H., *et al.* (Eds.), *International Yearbook of Soil Law and Policy 2025*, Springer, 2025, pp. 223-247
- FITZMAURICE, M., *Contemporary issues in international environmental law*, Edward Elgar Publishing, 2009.
- KAHL, WOLFGANG / WELLER, MARC-PHILLIPE (Eds.), *Climate Change Litigation – A Handbook*, Beck/Hart/Nomos, 2021.
- KRÄMER, L./ORLANDO, E., *Principles of environmental law*, vol VI, Edward Elgar Publishing, 2018.
- OLIVEIRA, H., "International representation of environmental interests", *Ordem Jurídica Global do século XXI - sujeitos e atores no palco internacional* (orgs: Maria Luísa Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2020, pp. 391-419.
  - "Direitos humanos e proteção do ambiente", *Direitos humanos e Estado de Direito* (orgs: Maria Luísa Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2022, pp. 769-806.
  - "Anchoring Ecodesign in EU Primary Law: Proportionality and Environmental Principles", JEEPL, 2026, 23 (1-2), pp. 52-68.
- OLIVEIRA, H., / RUIZ, A./ SAMPAIO MINASSA, P., "Climate litigation before the Court of Justice of the European Union – A Quantitative and Qualitative Analysis of Features and Legal Grounds", in AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H./ROCHA, A./FERMEGLIA, M. (Eds.), *Climate Change before International Courts A Comparative Study*, Routledge, 2025, pp. 127-158.
- OLIVEIRA, H., / TOMÉ PILÃO, J., "Alterações climáticas e o acesso aos tribunais: uma tutela jurisdicional efetiva?", *A litigância climática em Portugal: Os primeiros passos* (orgs: Carla Amado Gomes, Heloísa Oliveira, João Tomé Pilão), ICJP, 2025, pp. 11-52.
- PEREIRA DA SILVA J./RIBEIRO, G. A. (Eds.), *Justiça entre gerações: perspectivas interdisciplinares,* Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017. Disponível em https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/2365/justica-entre-geracoes-perspectivas-interdisciplinares.
- SCOTFORD, E., *Environmental principles and the evolution of environmental law*, Hart Publishing, 2017.
- VERSCHUUREN, J., "The State of the Netherlands v Urgenda Foundation: The Hague Court of Appeal Upholds Judgment Requiring the Netherlands to Further Reduce Its Greenhouse Gas Emissions", *Review of European, Comparative & International Environmental Law,* 28, pp. 94-98.
- VILCHEZ MORAGUES, P., "Climate litigation, taking stock of an increasingly complex trend of legal actions", *E-Pública: Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 984 (2022), 180-209.
- SANDS, P./PEEL, J., *Principles of international environmental law*, Cambridge University Press, 2018.
- WEWERINKE-SINGH. M./ MCCOACH, A., "The State of the Netherlands v Urgenda Foundation: distilling best practice and lessons learnt for future rights-based climate litigation", *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, 30, 2, pp. 375-283.
- WEWERINKE-SINGH, M., /MEAD, S. (Eds.). *The Cambridge Handbook on Climate Litigation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.